



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2022/CMX**

**TERMO DE JUSTIFICATIVA**

**Objeto:** Prestação dos serviços de manutenção e atualização de website da Câmara Municipal de Xinguara / PA.

**Base Legal:** Artigos 23, inciso II, alínea “a”, e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, de 21.06.1993.

**Dotação orçamentária no Exercício 2022:** 01.031.0001.2077.0000 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**Empresa:** Atila Giovani Lima Freitas 92882650663

**CNPJ:** 24.504.356/0001-20

**JUSTIFICATIVA**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE XINGUARA, ESTADO DO PARÁ**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.344.819/0001-27, com sede à Praça Silveria de Jesus Silva, s/nº, Centro, Xinguara – Pará, representado pelo Presidente Sr. **Adair Marinho da Silva**, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº. 20/2022, necessita adquirir os **serviços de manutenção e atualização de seu website, compreendendo as seguintes atividades:**

- 1. Manutenção e atualização técnica do site;**
- 2. Segurança e recuperação contra invasão, malware e ajuste no Banco de dados;**
- 3. Suporte e assessoria junto ao servidor para resolver bug do portal;**
- 4. Criações e desenvolvimento de slides banner;**
- 5. Treinamento online para alimentação de matérias jornalísticas e informações;**
- 6. Mudança do design do site e atualização da Programação de acordo com a necessidade da Câmara Municipal;**
- 7. Atualizações das versões do WordPress;**
- 8. Otimização do site (SEO);**
- 9. Geração de relatório de métricas de acesso através do Analiticks.**

O menor valor proposto nos orçamentos em anexo aos autos desse processo, enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea “a” e no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, referindo-se à dispensa de licitação para contratação de serviços, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

O art. 24, II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, prescreve que é **DISPENSÁVEL** a licitação quando o valor para contratação de serviços for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, “a”, R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais):



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do artigo anterior\*\*, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”*

*\*\*“Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites\*, tendo em vista o valor estimado da contratação:*

(...)

*II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

A empresa referida oferece um valor abaixo do estimado nos artigos supracitados, sendo inferior aos 10% (dez por cento) do referido valor. A proposta perfaz um valor de **R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais)**.

Nota-se que o valor da contratação é inferior ao limite determinado para dispensa de licitação para contratação de serviços, e que um processo licitatório seria muito mais oneroso para este órgão legislativo.

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236)1,

*“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”*

A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório.

Assim sendo, atendido o disposto nos artigos 23, inciso II, alínea “a”, e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, e de forma a cumprir o disposto no art. 26 da mesma lei, apresentamos a presente Justificativa para ratificação.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Xinguara / PA, 13 de janeiro de 2022.

**Rozania Pinto Lima**  
Presidente da Comissão de Licitação  
Portaria n° 20/2022